

Moção Sectorial

POR UMA SAÚDE INTEGRAL E HUMANIZADA

Gonçalo Jardim
Militante n.º 163981

INTRODUÇÃO

A Saúde é um pilar importante no Estado Social moderno. É um direito constitucional (artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa), fundamental em qualquer sociedade justa, e que estabelece que todos têm direito à proteção da saúde, e o Estado deve garantir um Serviço de acesso universal, geral e tendencialmente gratuito.

A Região Autónoma da Madeira (RAM), apesar de ter autonomia político-administrativa, está vinculada à Constituição da República Portuguesa, o que obrigatoriamente pressupõe que:

- o direito à saúde é plenamente aplicável na RAM;
- a Região tem competências para organizar, gerir e adaptar o seu sistema de saúde, mas não pode restringir o direito constitucional.

Os princípios do socialismo democrático atual possuem, na sua génese, valores basilares importantes como o humanismo, a igualdade, a solidariedade, a justiça social e a primazia do interesse coletivo, e que determinam a orientação política atual nos diferentes sectores, como no da saúde.

Tendo por base o direito constitucional, aliando os princípios do socialismo democrático, esta moção defende um Serviço Regional robusto, humanizado, capaz de garantir uma intervenção integral a toda a população madeirense e portuense ao longo do seu ciclo de vida, orientada sempre para o bem-estar geral atual e futuro.

AGORA... ESTAMOS ASSIM!

Num momento em que a saúde ocupa uma das maiores preocupações das sociedades contemporâneas, urge a necessidade de criar estratégias que consigam prepará-las para enfrentar os diferentes elementos que perturbam a qualidade de vida da nossa população.

A insularidade, a orografia, a evolução tecnológica, o desenvolvimento económico, o envelhecimento populacional e a reduzida taxa de natalidade, a cada vez mais visível desigualdade social, a precarização e a desmotivação dos profissionais de saúde, criam pressão sobre um serviço legitimamente nobre e importante no panorama social. A desorganização estrutural do Serviço Regional de Saúde e a deficiente utilização dos recursos humanos, aliado ao insuficiente investimento na prevenção, nos diferentes níveis de intervenção, na saúde mental, nos cuidados continuados, nas famílias e nos cuidadores informais, na proteção civil; os constantes incumprimentos nos acordos com as instituições de solidariedade social; a inconstante garantia da existência de medicamentos e equipamentos necessários à promoção da qualidade de vida e à prevenção da doença, influenciam a homeostasia do serviço de saúde que se quer íntegro e humano.

O envelhecimento populacional é um fenómeno demográfico preocupante, que transforma profundamente a economia, os serviços públicos e a organização social. O aumento do número de pessoas com doenças crónicas, a perda de autonomia que promove a crescente necessidade de apoio nas diferentes atividades de vida diária (AVD's), resultam muitas vezes, na sobrecarga das famílias e dos cuidadores informais, promovendo o isolamento social, a solidão e a degradação progressiva da saúde mental, fatores que contribuem para o aumento progressivo de internamentos sociais em ambientes hospitalares (no SESARAM, os Internamentos Sociais ocupam 36% - 230 utentes - da capacidade de internamento

em enfermaria de adultos, o que condiciona a capacidade de tratamento de doentes agudos).

Outro aspeto de contribui para a degradação progressiva da qualidade do envelhecimento populacional, e da saúde em geral, é o acesso aos serviços de saúde, principalmente cuidados de saúde primários. Embora não seja ideal, e se reconheça o insuficiente número de médicos de família, a ilha da Madeira possui os melhores rácios utentes por médico de família do país. Contudo, a cobertura ainda não é total, e ter uma consulta, nalguns casos, demoram meses. As consequências diretas são de enorme impacto, como no aumento das idas aos serviços de urgência, no acompanhamento desregulado das pessoas com doenças crónicas, na dificuldade do acesso às atividades preventivas e rastreios, na continuidade dos cuidados e na sobrecarga dos profissionais.

A Saúde Mental na Madeira enfrenta desafios estruturais, organizacionais e sociais que exigem resposta estratégica e sustentada. O próprio envelhecimento populacional, o acesso limitado a serviços especializados, a saúde mental dos jovens, o estigma e as barreiras culturais, as dependências e os comportamentos aditivos, a falta de uma rede de cuidados continuados e de estruturas de reabilitação psicossocial, e a própria pressão sobre os profissionais de saúde integram os maiores desafios atuais aplicados à Saúde Mental.

O QUE QUEREMOS!

Para minimizar o impacto que os elementos anteriormente enumerados causam, o Partido Socialista Madeira deverá, energeticamente, defender a promoção deste direito constitucional, apresentando e defendendo soluções que garantam a qualidade de vida de todos os madeirenses e porto-santenses.

O Serviço Regional de Saúde deverá garantir, em absoluto, a integridade de todos os princípios orientadores que o compõem: a universalidade, gratuidade, a democratização, a prevenção da doença e a promoção da saúde, e a valorização dos profissionais.

A reorganização do Serviço Regional de Saúde deverá ser uma prioridade. E começa por incluir os profissionais, detentores de conhecimento, no seu processo organizacional, a começar pelo conselho de administração, de modo a compreender o complexo dinamismo das intervenções dos diferentes grupos profissionais, e da urgência na resposta às necessidades dos utentes e dos profissionais.

Para reforçar a identificação dos profissionais de saúde ao seu local de trabalho, o Partido Socialista deverá defender a valorização e a dignificação das carreiras profissionais através da aplicação dos planos de carreira negociados e estabelecidos com os parceiros sociais, os sindicatos, permitindo que haja reforço de recursos humanos, estabilidade e atração, assumindo as justas remunerações, a desburocratização, e toda a componente formativa.

O acesso fácil aos serviços de saúde nunca deverá ser posto em causa. Os Centros de Saúde e os seus profissionais são os que garantem a proximidade e humanização das ações, permitindo acesso fácil às diferentes consultas, aos exames complementares de diagnóstico, aos tratamentos. Ao mesmo tempo, o Partido Socialista defende a valorização das carreiras profissionais destes promotores locais de saúde bem como a disponibilidade de recursos de intervenção emergente, como

a presença de ambulâncias de Suporte Imediato de Vida, em locais estrategicamente definidos. A valorização das carreiras do Corpo de Bombeiros Sapadores, o empoderamento das ações da Proteção Civil são também garantia de intervenções humanizadas e de proximidade com a população.

Para permitir que se viva melhor - com saúde, autonomia, dignidade -, precisamos de viver com qualidade. O reforço de medidas como programas de prevenção das doenças crónicas, da promoção da saúde (inclusive, mental), o Partido Socialista defende a aplicação efetiva das medidas inscritas na Estratégia Regional de Longevidade, com reforço na criação de Unidades de Cuidados Continuados, de Unidades de Apoio Domiciliário, de Lares; na criação de medidas de combate ao isolamento social, utilizando a transição digital como “*boost*” e incentivo à utilização de plataformas digitais simples (para comunicação com as famílias, por exemplo); com apoio digno e justo aos parceiros sociais como as IPSS’s e autarquias locais (importantes na identificação de situações de risco, e na criação de ações de proximidade como atividade culturais, desportivas e sociais).

O combate ao envelhecimento populacional passa também pela criação de políticas de natalidade eficazes. Sabemos que a criação de políticas se sustentam em bases multifatoriais. Permitir, por exemplo, a integração de creches e educação pré-escolar próximas do Unidades Hospitalares, o apoio à fertilidade e saúde reprodutiva com apoio na comparticipação de tratamentos de procriação medicamente assistida, a criação de programas de educação sexual e reprodutiva, o apoio psicológico para casais em processos de fertilidade, incentivam indiretamente à natalidade.

A saúde mental deverá ser sempre uma prioridade e, como tal, implica desafios estruturais, sociais e organizacionais importantes. O reforço dos cuidados de saúde mental nos centros de saúde (com a criação de equipas de intervenção), a expansão da rede de cuidados continuados em saúde mental, a criação de programas de prevenção nas escolas e comunidades, de literacia e combate ao estigma, o apoio aos cuidadores informais, são ações estruturantes que beneficiam a manutenção da saúde mental e a prevenção da doença.

CONCLUSÃO

Garantir um Serviço de Regional de Saúde, que cumpra os princípios constitucionais a que estão sujeitos, permite reduzir as desigualdades sociais no acesso à saúde, promove uma visão integradora do bem-estar físico, mental e social, e reforça a coesão social através de políticas de saúde inclusivas.

Esta moção afirma a saúde como um bem comum e um instrumento de emancipação social. Um sistema de saúde, ideologicamente socialista, coloca a vida, a dignidade e a igualdade no centro das políticas públicas.

Reforçar o Serviço Regional de Saúde é reforçar a democracia, a justiça social e o futuro coletivo.



10 › 11 janeiro 2026
Funchal

